JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano III – Nº 495 – Brasília, quarta-feira, 2 de julho de 1997

Ao lado do presidente da Câmara, Antonio Carlos Magalhães preside a abertura dos trabalhos do Congresso no período de convocação extraordinária e conclama parlamentares a demonstrar eficiência

Senado vota 209 matérias no semestre

Apenas em junho foram apreciadas 41 propostas, tendo sido aprovada a emenda da reeleição

O Senado apreciou no primeiro semestre um total de 209 matérias, das quais 152 foram aprovadas. Apenas em junho o plenário da Casa analisou 41 matérias: entre as 34 aprovadas, destaca-se a emenda que instituiu o direito à reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos.

Exercitando funções privativas, o Senado aprovou, nesses 30 dias, quatro acordos internacionais e quatro mensagens referentes a escolhas de autoridades e designação de diplomatas, além de 12 operações de crédito.

Também foram enviados à Câmara quatro projetos aprovados pela CCJ em caráter terminativo. Um deles caracteriza como absoluta a violência contra menores de 14 anos e pessoas consideradas débeis mentais. **Página 2**

ACM exorta parlamentares a demonstrar eficiência

Ao instalar os trabalhos da convocação extraordinária, o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, apelou ontem aos parlamentares no sentido de que se esforcem para dar uma demonstração de eficiência do Legislativo.

O período de convocação se estende até 25 de julho. Tramitarão no Senado oito matérias, inclusive a reforma da Previdência, a criação da Agência Nacional do Petróleo e a regulamentação para o setor de telecomunicações. **Página 3**

Rolagem de dívida do Rio vai a debate em plenário

O plenário do Senado discute hoje, em turno único, a partir das 14h30, os projetos de resolução que autorizam o estado e a prefeitura do Rio de Janeiro a emitirem letras financeiras destinadas a rolar a dívida mobiliária que vence no segundo semestre.

Declarações de ministros desagradam a senadores

Eduardo Suplicy pediu providências do presidente Fernando Henrique a respeito de "declarações inusitadas de seus ministros que ofendem o povo". Também Abdias Nascimento considerou que o ministro dos Transportes agrediu Pelé e todos os descendentes de africanos. **Página 8**

Elcio Alvares destaca os efeitos positivos da estabilização da moeda sobre os salários e a distribuição de renda

Elcio celebra êxitos do Real

O terceiro aniversário do Plano Real foi celebrado ontem pelo líder do governo no Senado, Elcio Alvares, para quem a dimensão do êxito do projeto econômico dá a medida do potencial do Brasil e da capacidade dos brasileiros.

Elcio destacou os efeitos positivos do Real sobre o poder aquisitivo dos assalariados, principalmente os mais pobres. Apontou também o incremento nos investimentos privados, o crescimento da produção e do consumo, a redução da desigualdade social e a queda no déficit público, o qual, segundo ele, situava-se, em maio de 1996, em 5,44% do PIB e hoje está em 3,44%. **Página 5**

Liminar é tema de Amin e Maldaner

A liminar concedida pelo STF ao governador de Santa Catarina é debatida por Casildo Maldaner e Esperidião Amin. **Página 4**

Transporte intermodal em debate

Produto brasileiro seria mais competitivo se país tentasse uma nova matriz de transporte, diz Levy Dias, com apoio de outros senadores. **Pág. 6**

Apenas no mês passado, foram examinadas 41 matérias, das quais 34 aprovadas - inclusive a emenda constitucional permitindo a reeleição de prefeitos, governadores e do presidente da República

Senado apreciou 209 matérias até julho

Waldeck exalta festa cívica

Waldeck conta a história do 2 de Julho

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) lembrou que hoje será realizada na Bahia "a maior festa cívico-popular do país", em comemoração ao dia 2 de julho de 1823, data da Independência da Bahia e da consolidação da Independência do Brasil.

Ele explicou que, apesar da data oficial da independência do país ser 7 de setembro de 1822, o Brasil só se tornou independente, de fato, quase um ano depois, quando foi dissipado o foco da resistência portuguesa na Bahia.

Waldeck Ornelas destacou a caminhada que, anualmente, o povo baiano, políticos e autoridades fazem para comemorar a data, repetindo o percurso feito pelos libertadores.

O Senado apreciou um total de 209 matérias no primeiro semestre deste ano - de 17 de fevereiro a 30 de junho -, das quais 152 foram aprovadas. Apenas no mês de junho, o plenário da Casa apreciou 41 matérias, estando entre as 34 aprovadas a emenda que instituiu a reeleição no Brasil, para presidente da República, governadores e prefeitos.

A emenda da reeleição foi votada em último turno no dia 4 de junho, com 79 dos 81 senadores presentes, sendo que 62 ficaram a favor e 14 contra, e foi promulgada no dia seguinte pelo Congresso Nacional. Conforme informações da Secretaria Geral da Mesa, o trabalho do plenário do Senado no mês de junho registrou um total de 21 sessões realizadas: treze deliberativas ordinárias, sete não deliberativas e uma especial.

No exercício de suas funções privativas, o Senado aprovou, nesses 30 dias, quatro acordos internacionais e quatro mensagens relativas à escolha de autoridades e designação de diplomatas para postos no exterior, além de 12 operações de crédito, incluindo uma de 100 milhões de dólares para o Pró-Rural 2000, programa que beneficiará 112 mil pequenos agricultores, e outra, de mais de 3 bilhões de reais, para permitir a privatização do Banerj.

Alguns projetos aprovados em junho visam facilitar a vida do cidadão, como o que manda abonar, sem prejuízo de recebimento do salário, a falta do empregado no dia em que prestar exame vestibular, ou o que determina a dispensa de cobrança de qualquer taxa para a expedição de certidão de nascimento, quando esta se destinar a tirar a Carteira de Trabalho.

O Senado encaminhou ao exame da Câmara quatro projetos aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo. Um deles caracteriza a violência contra menores de 14 anos e pessoas consideradas alienadas ou débeis mentais como violência absoluta, e não violência relativa, de acordo com as definições contidas no Código Penal. Outro estabelece seguro contra acidentes pessoais para participantes amadores ou profissionais de rodeios. Um terceiro prevê a divulgação em áudio e vídeo do preço da participação, por telefone, em sorteios e serviços prestados ao consumidor. E, ainda, o projeto que inclui o Maranhão e o Piauí na área de atuação da Codevasf (Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco).

Plenário repleto, uma rotina no semestre que acabou esta semana

MATÉRIAS APRECIADAS EM JUNHO	41
Projetos aprovados e enviados à sanção	4
Projetos aprovados e enviados à promulgação	19
Projetos aprovados e enviados à Câmara	7
Mensagens relativas à escolha de autoridades e diplomatas	4
Total de matérias aprovadas	34
Matérias arquivadas e retiradas	7

MATÉRIAS APRECIADAS EM 1997	209
Projetos aprovados e enviados à sanção	14
Projetos aprovados e enviados à promulgação	63
Projetos aprovados e enviados à Câmara	54
Mensagens relativas à escolha de autoridades e diplomatas	21
Total de matérias aprovadas	152
Matérias arquivadas e retiradas	57

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despachos internos

11h - Recebe o embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Discussão em turno único do ***Projeto de Resolução nº 81/97**, que autoriza a prefeitura municipal do Rio de Janeiro a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-RJ), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 97; e do ***Projeto de Resolução nº 82/97**, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do estado do Rio de Janeiro (LFTRJ), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 97.

COMISSÕES

CPI dos Precatórios

Pauta:

16h30 - Exposição do ex-prefeito de Goiânia, Darci Accorci.

17h - Exposição do governador do estado de Pernambuco, Miguel Arraes.

18h - Exposição do governador do estado de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade
Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação – Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão – Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211
Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

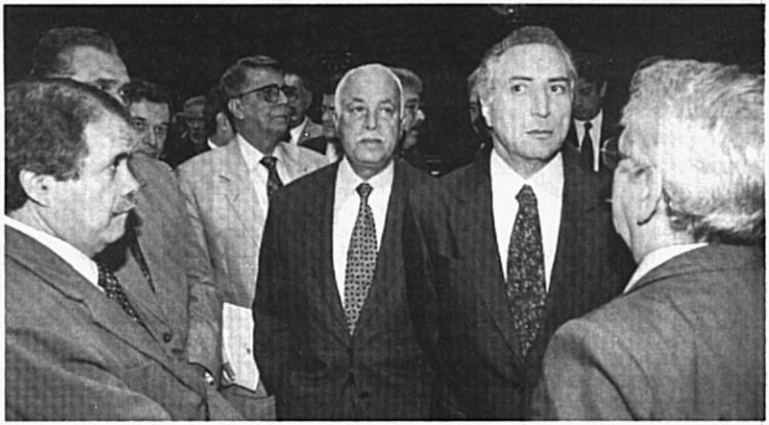
www.senado.gov.br

Presidente do Congresso pede aos parlamentares que dêem exemplo de civismo ao país

ACM busca eficiência na convocação

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, fez apelo aos parlamentares para que se esforcem no sentido de dar "uma demonstração de eficiência do Legislativo durante o período de convocação extraordinária", que vai até o próximo dia 25. O apelo foi formulado na sessão solene de instalação dos trabalhos da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada na manhã de ontem.

Antonio Carlos Magalhães entende que, agindo assim, os parlamentares se farão credores da confiança dos brasileiros. Ele disse que o atual período de convocação é uma oportunidade para que os congressistas dêem exemplo de civismo ao país, "comparecendo às sessões e votando as matérias incluídas na mensagem presidencial que definiu a pauta das sessões plenárias e das comissões".



Na abertura dos trabalhos, Antonio Carlos, ao lado do presidente da Câmara, transmitiu ânimo aos congressistas

Ronaldo quer regulamentar no país serviços de mototáxi

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apresentou projeto de lei legalizando no Brasil o serviço de mototáxi, uma modalidade de transporte público que começa a crescer no país, mesmo sem lei federal que o regulamente. O objetivo da proposta, conforme o senador, é oferecer um transporte com preços bem mais baixos que os táxis comuns e mais rápido que os ônibus coletivos.

Ronaldo Cunha Lima

Só poderão explorar o novo serviço as empresas, os sindicatos, as cooperativas e as associações. O passageiro terá de usar obrigatoriamente capacete, e o dono da mototáxi deve colocar grades laterais e na traseira da moto, para que o usuário possa se sustentar. Além disso, o cano de escapamento será coberto, evitando-se queimaduras nos usuários.

Ronaldo Cunha Lima fixou em seu projeto a velocidade máxima de 60 quilômetros horários para as mototáxis, sob o argumento de que essa velocidade dará maior segurança no transporte. O motociclista não poderá ser menor de 21 anos. Caberá ao município a concessão da licença, como é feito hoje com táxis, assim como a fixação da tarifa.

O senador afirma que há necessidade de uma lei federal sobre o assunto, pois a mototáxi "começa a despontar nas cidades brasileiras como transporte de passageiros" e tem perspectivas de rápido crescimento. Ele lembra ainda que a mototáxi tornou-se um sucesso nos países onde foi implantada.

MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO

É a seguinte a posição de cada uma das oito propostas que tramitarão no Senado durante a convocação extraordinária:

Proposição	Ementa	Situação
PLC 06/97	Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.	Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para inclusão do relatório na pauta de reunião da comissão.
PEC 33/96	Modifica o sistema de Previdência Social, estabelece normas de transição.	Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com o senador Beni Veras, relator da matéria, para apresentação do parecer sobre as emendas.
PLC 24/97	Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais.	Na CCJ, CAE e Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), com os senadores Romeu Tuma, Fernando Bezerra e Hugo Napoleão, relatores, respectivamente, da matéria, para apresentação dos pareceres.
PLC 62/95	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	Na CCJ, com o senador Lúcio Alcântara, relator da matéria, para apresentação do parecer.
PLC 71/96	Institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Individual.	Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), aguardando ser designado relator.
PLC 25/97	Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Na Comissão de Educação (CE), com o senador Joel de Hollanda, para apresentação de parecer.
PLC 26/97	Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural.	Na CCJ, aguardando ser designado relator.
PLC 16/97	Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951.	Na CCJ, para inclusão do relatório na pauta de reunião da comissão.

Episódio faz parte da História do Brasil, comemora Maldaner

Maldaner elogia STF por manter Paulo Afonso no governo

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou ontem o Supremo Tribunal Federal (STF) por ter decidido pela permanência de Paulo Afonso à frente do governo de Santa Catarina. Segundo Maldaner, o país assistiu a uma autêntica aula de democracia e de Direito, com a decisão do STF de conceder liminar que assegurou ao governador do estado o direito de continuar no cargo, até que a Assembléia Legislativa julgue pela procedência ou não da denúncia de *impeachment*.

Na opinião de Maldaner, "não se pode cometer a pena capital. É preciso respeitar os prazos, a legislação, garantir o direito da defesa e do contraditório".

- O episódio envolvendo o governador Paulo Afonso já faz parte da História do Brasil, e mostra o grau de maturidade política dos nossos dirigentes e da sociedade brasileira, que, no caso específico de Santa Catarina, saiu às ruas para se solidarizar com o governador, num ato de total repúdio aos meios empregados para destituí-lo - disse.

Maldaner destacou artigo de Eliane Catanhede, publicado ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sob o título "O bode expiatório". Segundo o senador, a jornalista afirma que "o processo de *impeachment* do governador de Santa Catarina, Paulo Afonso, é uma aula de política, destaca que a CPI da Assembléia Legislativa daquele estado não esperou as conclusões dos trabalhos da CPI do Senado e lembra o envolvimento de outros governadores e prefeitos na questão dos precatórios".

Em aparte, Josaphat Marinho (PFL-BA) destacou a importância da independência do Poder Judiciário, especialmente do STF. Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, disse que espera a colaboração do governador Paulo Afonso na CPI dos Precatórios.

Amin: exoneração evita processo contra secretário

Governador tenta ficar impune, acusa Esperidião Amin

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) considerou ontem um "golpe" a exoneração do secretário de Fazenda de Santa Catarina, Paulo Prisco Paraíso, e do procurador-geral do estado, João Carlos Hohnedorff, antes da votação da abertura de processo de *impeachment* contra o governador Paulo Afonso Vieira, ocorrida na segunda-feira, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Os deputados estaduais decidiram abrir processo por crime de responsabilidade contra Vieira e o vice-governador, José Augusto Hulse, por supostas irregularidades na emissão de títulos públicos para pagamento de precatórios.

Segundo ele, a exoneração de ambos saiu no *Diário Oficial* do estado de ontem com a data de segunda-feira (dia 30) para que os dois também não fossem julgados pela Assembléia pelo mesmo motivo. "Esta decisão é a maior demonstração de que o desejo do governo de Santa Catarina é a impunidade", disse.

Ao comentar a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que permitiu a permanência do governador Paulo Afonso Vieira até o encerramento do processo de *impeachment*, Amin afirmou aplaudir a decisão, pois "o STF derruba assim o único argumento usado pelo governador contra o processo, que era dizer que tratava-se de um golpe para tirá-lo do poder".

QUEBRA DE SIGILO

Esperidião Amin registrou ainda ter recebido ofício do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, sobre a quebra de sigilo nos telefones do PPB em Santa Catarina em reportagem da revista *IstoÉ*, intitulada "Eminência Parda". De acordo com o senador, o ministro disse que uma auditoria na Telebrás constatou que a quebra de sigilo não foi autorizada e, por isso, será aberta uma sindicância para apurar as responsabilidades.

PEDRO SIMON

Filiado pode vetar candidato

Qualquer filiado de partido político poderá pedir a impugnação de candidato a cargo eletivo majoritário, se aprovado projeto de lei apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Para isso, entretanto, o solicitante terá que apresentar razões que digam respeito à honra, à dignidade e ao decoro do cargo ou à prática de improbidade administrativa por parte do postulante.

Pelo projeto, a Comissão Executiva do partido deliberará sobre a existência de indícios suficientes para instauração de sindicância, assegurando ao acusado amplo direito de defesa.

VALMIR CAMPELO

Política para os presídios

Projeto apresentado pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF) autoriza o presidente da República a criar a Secretaria Nacional de Assuntos Penitenciários, com a competência de acompanhar a aplicação das normas de execução penal em todo o território nacional, inspecionar os estabelecimentos penais e formular novas políticas de recuperação do preso.

Valmir argumenta que a criação da secretaria se faz urgente pela falência estrutural e institucional do sistema carcerário brasileiro, constatada nas constantes rebeliões e atos de vandalismo que vêm ocorrendo no âmbito dos estabelecimentos prisionais.

Arraes e Paulo Afonso depõem hoje

Os governadores de Pernambuco, Miguel Arraes, e de Santa Catarina, Paulo Afonso Evangelista Vieira, serão ouvidos hoje pela CPI dos Precatórios, que apura irregularidades relacionadas a autorização, emissão e negociação de títulos públicos estaduais e municipais nos exercícios de 1995 e 1996. Paulo Afonso prestará seu depoimento às 17h, e Arraes às 18h.

Presidida por Bernardo Cabral (PFL-AM), a comissão ouvirá antes, às 16h30, o ex-prefeito de Goiânia Darcr Accorci.

Líder do governo destaca mudanças positivas na vida econômica do país nos últimos três anos: mais investimentos, crescimento da produção e do consumo, elevação de renda dos assalariados e redução da desigualdade

Elcio comemora êxitos do Plano Real

A dimensão do êxito representado pelo Plano Real dá a medida do potencial do Brasil e da capacidade dos brasileiros, disse ontem o líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), ao afirmar que o Brasil inteiro está comemorando o terceiro aniversário de um programa de estabilização que mudou "drasticamente" a vida econômica e social da nação.

VISÃO ESTRATÉGICA

O senador Elcio Alvares observou que, após muitos anos de estagnação e até de retrocesso econômico, a equipe do presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo com "a visão estratégica e um projeto coerente, viável e conseqüente para o pleno desenvolvimento nacional".

- Numa radical inversão de rumos, o Plano Real veio trazer grande incremento nos investimentos privados; acentuado crescimento da produção e do consumo; elevação da renda da população assalariada em geral; melhoria das condições de vida dos mais pobres; e redução da desigualdade social - frisou.

Elcio: lição de competência

Na opinião de Elcio Alvares, a administração de um programa como o Plano Real exigiu notável competência, sem a qual o governo não teria conseguido evitar "o fantasma da *débâcle*" do sistema financeiro e da crise fiscal. Ele afirmou que a manutenção do plano não tem prejudicado o necessário controle sobre as contas públicas.

- Ao contrário, o déficit está em queda. Enquanto em maio de 1996 o déficit do setor público situava-se em 5,44% do PIB, hoje está em 3,44%, e, no final de 1997, é provável que tenhamos um déficit inferior a 3% do PIB - previu o senador, observando tratar-se de um trabalho que vem sendo feito não só pelo governo federal, mas, principalmente, pelos estados e municípios.

PODER AQUISITIVO

Elcio Alvares assinalou que os efeitos do Real sobre o poder aquisitivo da população assalariada, principalmente a mais pobre, também são notáveis.

O senador elogiou a ação do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, "que tem sido destacado defensor dos trabalhos do Legislativo", e disse que "a convocação extraordinária do Congresso Nacional neste mês de julho sinaliza claramente a prioridade que o Executivo confere a essa questão".

APOIOS

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) congratulou Elcio Alvares pela oportunidade do pronunciamento, e disse que a economia brasileira nos últimos 40 anos passou por dois períodos distintos. Já o senador Sérgio Machado (CE), líder do PSDB, salientou que, antes do Real, a inflação era o imposto mais perverso, que tirava dos pobres em benefício dos ricos.

ACM culpa também o governo pelo atraso nas reformas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que o Congresso nem sempre tem culpa pelo atraso nas reformas pretendidas pelo governo. Ele explicou que muitas vezes as matérias não chegam a ser votadas porque as lideranças do governo entendem não ser o momento adequado.

ACM e Fernando Bezerra ouvem FHC, no evento promovido pelos empresários

Antonio Carlos Magalhães foi procurado pelos jornalistas à saída de cerimônia realizada ontem pela manhã na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), onde também estiveram o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Na solenidade, os empresários lançaram documento que analisa, do ponto de vista da entidade, as conquistas, os desafios e as perspectivas do Plano Real, após três anos da sua implantação.

O presidente da CNI, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), ressaltou em seu discurso o esforço que o Congresso Nacional vem desempenhando para que seja mantida a estabilização econômica e para que o governo inicie as transformações pelas quais clama o país. A seu ver, "é injusto quem diz que o Congresso não está votando as matérias necessárias às mudanças". No ano passado, frisou, foram votados cerca de 1,5 projetos por mês somente relativos ao "custo Brasil".

Para Fernando Bezerra, o problema central do país não é a ausência de um projeto ou de uma agenda. "É operar politicamente através das reformas que estão faltando". Ele disse que a classe empresarial é parte da aliança política e deve estimular os poderes Legislativo e Executivo a perseguir com afinco a modernização do país.

Empresários apontam conquistas econômicas

De acordo com o documento da CNI, elaborado pela Ação Empresarial - entidade formada por todas as federações e confederações do comércio e indústria - as conquistas principais do plano na área econômica foram a redução da inflação, a maior transparência dos preços relativos e a previsibilidade e a faculdade que se tem hoje de atrair capitais para o mercado nacional.

No plano social e dos direitos, o estudo constata ter havido melhoria na distribuição da renda e aumento do poder de compra dos segmentos mais pobres da população, além da liberdade de comparação de preços e de escolha de compras em mercado aberto.

Entre os desafios propostos pelos empresários para a arrancada do Plano Real, está a eliminação do que a categoria considera "constrangimento à sua capacidade de crescer, limitada atualmente pelos desequilíbrios externo e fiscal". O documento aponta também a necessidade urgente da redução dos níveis de déficit externo.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem em audiência (*foto*) o presidente da Firjan, Eduardo Gouveia Vieira, que estava acompanhado do deputado Márcio Fortes (D).

Comércio do Mercosul seria dinamizado, caso os países-membros fossem interligados por hidrovias nos rios Paraná e Paraguai, defende senador

Para Levy, transporte intermodal é solução

O senador Levy Dias (PPB-MS) afirmou ontem que as vantagens competitivas do país, no contexto do Mercosul e do mercado internacional, poderiam ser plenamente exploradas caso o Brasil mudasse sua "velha opção preferencial pelas rodovias" como matriz para o transporte de carga e investisse na intermodalidade.

Para ele, se os países que integram o Mercosul fossem interligados por hidrovias, explorando a navegabilidade dos rios Paraná e Paraguai, seriam garantidos "maior capacidade de carga e menor taxa de poluição", com importantes efeitos positivos para o escoamento da produção do Centro-Oeste.

No caso do Brasil, em que as rodovias transformaram-se em "estradas de solavancagem", Levy Dias considerou que, mesmo que elas estivessem em perfeitas condições, "o emprego extensivo de caminhões resulta em maiores custos por tonelada/quilômetro que as alternativas ferroviária e hidroviária".

Levy Dias: efeitos positivos para o Centro-Oeste

Os investimentos necessários à navegabilidade da bacia do Prata também seriam mais baixos, salientou Levy Dias. Para ligar Corumbá a Buenos Aires de maneira ininterrupta, sem paradas noturnas e manobras de desmembramento de comboios, bastaria o desenrocamento de alguns trechos do rio Paraguai e a implementação de sinalização noturna, explicou.

Quanto à maior capacidade de carga permitida pelo transporte hidroviário, Levy Dias afirmou que "cada barcaça pode transportar 1.500 toneladas de carga, o equivalente a 30 vagões ferroviários ou a 60 caminhões".

Levy Dias entende que Mato Grosso, como segundo produtor de soja no país, poderia dispor de vantagens competitivas se o transporte para a Argentina fosse facilitado. Com um parque industrial de oleaginosos com capacidade de beneficiar 27 milhões de toneladas de grãos, a Argentina produziu, em 1997, 11 milhões de toneladas.

Em apartes, os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Romeu Tuma (PFL-SP) e Carlos Patrocínio (PFL-TO) apoiaram o pronunciamento de Levy Dias.

Para o senador Ney Suassuna, preservar o Proálcool é um compromisso com as futuras gerações

Suassuna considera o Proálcool "vital" para os brasileiros

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que assegurar o futuro do Proálcool é questão vital para o Brasil, já que a gasolina não é eterna, enquanto a lavoura de cana-de-açúcar pode ser constantemente renovada.

- A inserção definitiva do álcool carburante e de outras fontes renováveis na matriz energética brasileira é uma questão que diz respeito ao futuro do Brasil como nação independente - observou.

Ney Suassuna considera uma obrigação da geração atual para com as que virão no futuro "viabilizar uma matriz energética compatível com condições ambientais sadias, de efeitos e custos suportáveis para a população", o que, em sua opinião, é plenamente viável com o Proálcool.

O senador também disse que o desenvolvimento de fontes não poluentes de energia é capital para um país do peso do Brasil no cenário mundial.

- O Proálcool não é um programa a ser medido apenas pelos seus aspectos econômicos. Suas implicações sociais e estratégicas são tão ou mais relevantes que as puramente econômicas. Por que então tratarmos o Proálcool como um enjeitado, deixando-o morrer à míngua de recursos e de perspectivas de futuro? - argumentou.

Ney Suassuna considerou que foi por essa razão que recebeu com entusiasmo a notícia de que o governo federal pretende reativar o Proálcool, ampliando a incidência do imposto verde ou ambiental, conforme anteprojeto em estudo na Comissão Interministerial do Álcool.

Lucena defende redução de juros no crédito agrícola

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) apelou ontem para que a Câmara aprove projeto de sua autoria estabelecendo taxas de juros diferenciadas nos financiamentos agrícolas destinados ao Nordeste, sobretudo à região do semi-árido. Ele considera a medida necessária para a viabilização econômica da região e argumentou que, se os estados do Sul se queixam das altas taxas do mercado, mais difícil é a situação dos produtores situados no Nordeste.

O projeto de Lucena prevê uma redução de 50% nessas taxas e já foi aprovado no Senado. A preocupação do parlamentar centra-se no fato de que a Câmara não tem atuado com celeridade na deliberação da matéria, a qual ainda não recebeu nem parecer naquela Casa. Em seu discurso, o senador leu carta recebida da Sociedade Rural de Montes Claros (MG), a qual pede que se repensem as taxas de juros cobradas nos financiamentos para o Nordeste brasileiro. "Quero, com essas palavras, ilustrar a justificativa do projeto que se encontra na Câmara", anunciou Lucena.

Lucena faz apelo a deputados para aprovar projeto

Amorim agradece apoio a proposta dos seringueiros

Em nome dos seringueiros da Amazônia, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) agradeceu ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, por ter intercedido, junto ao presidente da República, pela inclusão de projeto de interesse daqueles produtores na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Amorim: subvenções aos produtores

O projeto prevê a concessão de subvenções aos produtores de borracha natural da Amazônia, disse.

Jucá propõe estímulo à agropecuária e ao turismo ecológico

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apresentou projetos de lei autorizando a criação de oito distritos agropecuários em municípios de Roraima para desenvolver atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração e áreas para preservação e pesquisas.

Jucá: distritos trarão desenvolvimento

De acordo com as proposições, os distritos, a serem administrados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), serão criados em São João da Baliza, Caracaraí, São Luiz do Anauá, Cantá, Alto Alegre, Caroebe, Rorainópolis e Bonfim.

Jucá esclarece, na justificação das matérias, que a criação desses distritos visa aumentar a oferta de alimentos nos mercados de Roraima, da Amazônia Ocidental e de Manaus e pretende ainda maximizar o aproveitamento dos recursos naturais, reduzir custos de produção e comercialização de produtos e extrativos, incrementar uma tradição agrícola e gerar empregos.

Medicina preventiva seria a grande aliada para a boa aplicação dos recursos da contribuição, imprescindíveis, segundo o senador

Otoniel sugere manter a CPMF além de dezembro

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) defendeu ontem a criação de programas de medicina preventiva e a manutenção da cobrança da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) no ano que vem, com o objetivo de enfrentar os problemas da Saúde no Brasil.

A prevenção, conforme frisou, é a receita mais eficiente para a mudança do comportamento epidemiológico de diversas doenças. "Simples e de baixo custo, a medicina preventiva salva milhares de vidas", disse. Ele defendeu também programas de combate à fome e à miséria como prevenção às causas de moléstias.

Em relação à CPMF, o senador afirmou que a Saúde não pode prescindir, em 1998, dos R$ 6 bilhões que, neste ano, estão sendo usados, principalmente para o pagamento de dívidas. "Superada esta etapa, estes recursos podem funcionar como a tábua de salvação para, pelo menos, amparar um projeto consistente de atendimento à população nos hospitais públicos", salientou.

Otoniel acha que recursos serão tábua de salvação

O pronunciamento de Otoniel Machado foi elogiado, em apartes, pelos senadores Levy Dias (PPB-MS), Romeu Tuma (PFL-SP) e Carlos Patrocínio (PFL-TO).

Mauro: estado exige reparação de perdas

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) elogiou a anunciada intenção do governo federal de compensar a perda de arrecadação dos estados em decorrência da Lei Kandir, que eliminou o ICMS das exportações de produtos primários. "Mas é necessário que as autoridades econômicas sinalizem imediatamente suas intenções, porque em Goiás, por exemplo, os prejuízos já somam R$ 50 milhões", disse.

Reconhecendo que a Lei Kandir equilibrou as contas externas com o aumento das exportações de grãos, Mauro Miranda observou que, em contrapartida, os estados produtores foram sacrificados com a renúncia fiscal obrigatória. "Em Goiás, as perdas de receita devem chegar a R$ 100 milhões até o final do ano, comprometendo a execução de investimentos públicos atrelados à disponibilidade desses recursos", afirmou.

- Nada tenho a opor em relação aos princípios gerais da lei; afinal, além de reduzir o déficit comercial, ela aumentou a renda dos produtores de grãos. Mas, para o indispensável equilíbrio federativo, não é uma boa política distribuir desigualmente o ônus da solidariedade - frisou o senador.

Lei prejudica produtor, disse Mauro

Hollanda destaca apoio de Marco Maciel ao Nordeste

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) registrou o apoio que o vice-presidente da República, Marco Maciel, ofereceu ao Nordeste, com a presença em várias solenidades realizadas na semana passada em Recife. Hollanda destacou sua participação na reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, para a qual convidou o ministro da Saúde, Carlos Albuquerque.

- A reunião foi importante para assinalar a preocupação do vice-presidente em fazer com que membros do Poder Executivo pudessem prestar contas das ações realizadas em favor da região - afirmou o senador, certo de que foi o que aconteceu com o ministro da Saúde.

Hollanda disse que Carlos Albuquerque fez uma exposição sobre todas as ações do Ministério da Saúde voltadas ao Nordeste, com ênfase nos principais programas, projetos e resultados alcançados e, "o que é mais importante", propiciando a assinatura de vários convênios para a região.

O senador esclareceu que os convênios firmados alcançam a importância de quase R$ 150 milhões. Desses, R$ 119 milhões serão destinados ao Programa de Reforço e Reorganização do Sistema Único de Saúde (Reforsus) e o restante beneficiará, entre outros programas, o combate à dengue e o Projeto Nordeste.

- O ministro Carlos Albuquerque assinou convênios com prefeitos de 44 municípios de seis estados nordestinos - contou o senador, explicando que, dos recursos destinados ao Reforsus, caberão a Pernambuco R$ 18,5 milhões, quantia "suficiente para atender a 47 hospitais da região".

Joel de Hollanda elogiou o vice-presidente e o ministro da Saúde

Manifestações dos ministros dos Transportes, da Justiça e da Casa Militar foram lembradas pelo senador para pedir atitude pública do presidente da República contra ofensas ao povo brasileiro

Suplicy quer providência de FHC sobre declarações de ministros

"O presidente Fernando Henrique Cardoso precisa tomar uma atitude pública contra declarações inusitadas feitas por seus ministros que ofendem o povo brasileiro."

A advertência, feita ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), foi uma referência ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que citou Pelé e o asfalto como "reis" do Brasil.

- Pelé até que quis contornar a situação, mas foram muitos os negros que vieram falar comigo a respeito de sua indignação. A Constituição diz que todos são iguais perante a lei. É de se esperar que o presidente tome as providências cabíveis, porque até o presente momento não houve reação à altura, em que pese o protesto de tantos.

Suplicy: crime é evitável

Suplicy também se referiu ao ministro da Justiça, Iris Rezende, o qual, referindo-se ao projeto que transfere para a Justiça comum os crimes de policiais militares, afirmou que "às vezes, o crime é inevitável". O senador explicou que a lei não permite a uma pessoa cometer crime quando a situação for inevitável. "Será que a cabeçada do Holyfield no Mike Tyson justificaria que este lhe arrancasse um pedaço da orelha?", exemplificou.

Suplicy se referiu também à frase do ministro-chefe da Casa Militar, general Alberto Mendes Cardoso, quando considerou "uma sorte muito grande" o tiro disparado contra os manifestantes na greve dos policiais militares em Belo Horizonte ter atingido apenas uma pessoa, o cabo Valério dos Santos Oliveira. "Como afirmar que a morte de um cabo foi uma sorte tão grande?" Ele considerou grave o fato de essas frases infelizes serem pronunciadas exatamente por ministros de Estado, "os quais deviam dar melhor exemplo".

BERNARDO CABRAL

Cabral deseja boa saúde a Távola

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) manifestou ontem da tribuna preocupação com o pré-infarto sofrido pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), solicitando à Mesa que envie votos de pronto restabelecimento.

Cabral lembrou que ambos foram constituintes em 88 e também cassados no mesmo dia: "Eu era deputado federal e ele estadual. Há entre nós uma amizade muito grande que me leva a fazer esse registro".

Antonio Carlos abonou as fichas de filiação de deputados de Rondônia

PFL festeja quatro novos parlamentares

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participou ontem da solenidade de filiação de quatro deputados federais de Rondônia ao Partido da Frente Liberal (PFL). Ele abonou as fichas e manifestou satisfação com a ampliação da bancada pefelista.

Em companhia dos senadores Hugo Napoleão (PI), Bernardo Cabral (AM), Romeu Tuma (SP) e Francelino Pereira (MG), o senador por Rondônia José Bianco comemorou o ingresso dos deputados Oscar de Andrade, Expedito Júnior, Silvernani Santos e Emerson Pires, destacando que a partir de agora "o PFL tem 50 por cento da bancada de Rondônia na Câmara Federal".

Abdias acusa racismo no país do presidente "com um pé na cozinha"

"Declarações feitas pelo ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, não atingiram apenas o ministro dos Esportes, Pelé, mas toda a população de descendência africana do país", lamentou também o senador Abdias Nascimento (PDT-RJ).

É uma contradição, na sua opinião, que o ministro integre um governo que combate o racismo e tem um presidente da República assumidamente "com um pé na cozinha", como já declarou Fernando Henrique Cardoso.

Abdias leu documento divulgado pelo "Geledés - Instituto da Mulher Negra", de São Paulo, destacando que há "três dimensões perversas e assustadoras do racismo no Brasil: a coisificação/desumanização, a eliminação física pura e simples ou a opção de tornar-se o outro, o racista opressor". A fala de Eliseu Padilha, conforme o senador, insere-se no primeiro caso.

Abdias: não à coisificação

- O que autoriza alguém a comparar gente a coisa é a desumanização e a coisificação de seres humanos que o racismo e a discriminação produzem. Para o ministro, Pelé não é comparável a nenhum outro ser de sua raça porque é considerado uma exceção dentro dela, já que é o único admirável. E também não pode ser comparado aos melhores de outras raças porque todos os seus talentos ainda não lhe garantiram o *status* de detentor de plena humanidade - destacou.

LÚCIO ALCÂNTARA

Alcântara exalta fé em frei Damião

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que a admiração despertada em vida por frei Damião, falecido há um mês, não só perdurará, "como se multiplicará daqui para a frente, pois o frade capuchinho nascido em terras distantes teve um verdadeiro encontro de almas com os brasileiros, principalmente os nordestinos".

- Sua figura singular reunia, em um corpo de um metro e meio, olhos miúdos e barba rala, não deixando dúvidas para seus seguidores de que ele era a própria imagem de um santo. Eis o ponto em que se confirma a proximidade de frei Damião com os nordestinos, educados desde sempre numa fé na qual os santos têm papel fundamental na intermediação com o divino - afirmou.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO, VALMIR CAMPELO E LÚCIO ALCÂNTARA